CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Reprodução Youtube

Bolsonaro: problema e solução para Valdemar

Valdemar sente o PL escorrer dos seus dedos

Desde a morte de Álvaro Valle, há 25 anos, Valdemar Costa Neto herdou dele o PL e tem exercido o comando absoluto do partido. Mas a cartada que deu quando conseguiu transformar o partido médio em um dos maiores do país ao filiar o ex-presidente Jair Bolsonaro começa a fazer com que Valdemar, pela primeira, sinta o PL escorrer dos seus dedos. Segundo um de seus interlocutores, a postagem feita pelo vereador Carlos Bolsonaro, compartilhada pelo deputado licenciado Eduardo Bolsonaro, reforçou esses temores. Na postagem, o filho 02 de Bolsonaro chama de "ratos" os governadores de direita que tentam se aproximar do ex-presidente visando seu apoio político e eleitoral e os rechaça como alternativa.

Alternativa

O problema para Valdemar é que o PL precisa construir uma alternativa para 2026, diante do fato de que Bolsonaro estará inelegível e, muito provavelmente, condenado e preso. E os filhos do ex-presidente não permitem o avanço de alternativas.

Aliados

E Valdemar começa a perder espaço em seu próprio partido para os bolsonaristas mais radicais. Uma dessas hipóteses é em Pernambuco, onde o ex-ministro do Turismo Gilson Machado disputa o cargo de presidente do PL no estado com o atual titular, Anderson Ferreira.

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil

Michelle: solução rechaçada pelos filhos de Bolsonaro

Reação a Duda Lima une filhos e Michelle

Os filhos de Bolsonaro reagem a qualquer tentativa de aproximação de Valdemar com os governadores. A oposição ao tarifaço de Donald Trump como pressão para livrar o ex-presidente do processo no Supremo Tribunal Federal (STF), aposta de Eduardo, faz com que aumentem as críticas, especialmente ao governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas. Mesmo quando Valdemar busca um nome da família, há resistência. Sua preferência é por Michelle Bolsonaro. E os filhos do ex-presidente não se dão com ela. Segundo o interlocutor, só um ponto hoje uniria os filhos e a madrasta: críticas ao marqueteiro do PL, Duda Lima.

Radicais

Duda Lima enfrentaria também resistência da ala mais radical do partido. A invasão dos plenários da Câmara e do Senado também não contou com a conivência de Valdemar. Que ainda viu-se obrigado a expulsar do partido um amigo de longa data, Antonio Carlos Rodrigues.

Antonio Carlos

O deputado paulista Antonio Carlos Rodrigues é um dos melhores amigos de Valdemar. O presidente do PL viu-se pressionado a expulsá-lo do partido, depois que Antonio Carlos posicionou-se contra as sanções ao ministro do STF Alexandre de Moraes e em favor da soberania.

Registro

Valdemar tem medo que essa escalada de Eduardo Bolsonaro no sentido de estimular que Donald Trump aplique sanções contra o Brasil acabe por fazer com que o PL perca o seu registro como partido. Há um precedente: quando o PCB teve seu registro cassado em 1947.

PCB

Em maio de 1947, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou denúncia de que o Partido Comunista Brasileiro estaria a serviço dos interesses de outro país, a então União Soviética, e cassou o seu registro. O PL precisa evitar algo igual. Mas, como, com os filhos de Bolsonaro?

Dino barra na prática Lei Magnitsky no Brasil

Ministro determina que leis de outros países precisam de aval

Fellipe Sampaio/STF

Embora decisão de Dino não o mencione diretamente, beneficia Moraes

Por Karoline Cavalcante

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino, determinou nesta segunda-feira (18) que leis, ordens judiciais ou administrativas de outros países só podem produzir efeitos no Brasil se forem homologadas pelo Judiciário nacional ou estiverem previstas em acordos internacionais.

A decisão foi tomada no âmbito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 1178, apresentada pelo Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram). A entidade contestava ações judiciais movidas por municípios brasileiros em tribunais estrangeiros — especialmente no Reino Unido — relacionadas aos desastres ambientais de Mariana (2015) e Brumadinho (2019).

Ao tomar essa decisão, Dino, então, estende essa possibilidade para outras situações. Especialmente, no momento atual, para a aplicação pelos Estados Unidos da Lei Magnitsky, para impor sanções econômicas ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes.

Além de considerar ilegítima a submissão de entes públicos brasileiros à jurisdição de outros países, Dino também proibiu que estados e municípios proponham novas ações em cortes internacionais. O ministro ordenou ainda que instituições financeiras nacionais, incluindo o Banco Central, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e seguradoras, se abstenham de cumprir determinações estrangeiras que envolvam pessoas, contratos ou ativos localizados no Brasil.

A medida responde também a uma liminar da Justiça britânica que, em março deste ano, determinou que o Ibram retirasse a ação do STF. Dino invalidou essa ordem, classificando-a como uma tentativa indevida de pressionar instituições brasileiras.

Moraes

Embora o ministro não tenha mencionado diretamente o episódio em que o colega Alexandre de Moraes foi sancionado pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (Republicano), sob a Lei Magnitsky — legislação que prevê punições a violações graves de direitos humanos e corrupção —, a tese estabelecida por Dino funciona como um obstáculo jurídico à aplicação de sanções unilaterais em território nacional.

Moraes foi acusado de restringir liberdades e perseguir opositores, entre eles o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que atualmente é réu no STF por suposta tentativa de golpe de Estado após as eleições de 2022. A inclusão de um indivíduo na legislação norte-americana implica sanções como revogação de visto, proibição de entrada nos EUA e restrições a transações com pessoas físicas ou jurídicas sediadas no país.

Audiência pública

No voto, Dino criticou o que chamou de "ondas de imposição de força de algumas nações sobre outras" e alertou para a ausência de diálogo multilateral. "Instituições do multilateralismo são absolutamente ignoradas e tratados internacionais são abertamente desrespeitados. Diferentes tipos de protecionismos e de neocolonialismos são utilizados contra os povos mais frágeis, sem diálogos bilaterais adequados ou submissão a instâncias supranacionais", afirmou.

Como desdobramento, o ministro anunciou a realização de uma audiência pública para aprofundar o debate sobre o tema. A data ainda será definida, mas o objetivo, segundo Dino, é reunir especialistas, representantes do governo, do Judiciário e da sociedade civil para discutir os limites e da aplicação de leis estrangeiras.

Refém de sanções dos EUA, Moraes diz que não recua

Fellipe Sampaio/STF

Moraes disse que julgamento segue devido processo legal

Por Karoline Cavalcante

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes afirmou que não há qualquer possibilidade de recuo nas decisões envolvendo o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e seus aliados, no contexto do julgamento sobre a suposta tentativa de golpe de Estado. Em entrevista ao jornal norte-americano The Washington Post, publicada nesta segunda-feira (18), o magistrado classificou o processo como "legal e necessário", diante do que chamou de uma "doença autoritária" que ameaça a democracia brasileira.

Segundo ele, "não existe a menor possibilidade de recuar nem um milímetro sequer" em relação à investigação. A primeira fase do julgamento, que envolve o núcleo central da suposta trama golpista, está marcada para começar no dia 2 de setembro, na Primeira Turma do STF.

Lei Magnitsky

A declaração ganhou ainda mais repercussão por abordar diretamente as sanções impostas a Moraes pelo governo do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (Republicano). O ministro foi incluído na lista da Lei Magnitsky — instrumento legal americano que prevê punições a estrangeiros acusados de violações de direitos humanos ou envolvimento em corrupção significativa —, o que resultou em restrições de viagem, bloqueio de bens e proibição de transações com empresas e cidadãos norte-americanos.

A Casa Branca justificou as sanções alegando perseguição política contra Bolsonaro — argumento que Moraes rebateu, classificando-o como resultado de "narrativas falsas" disseminadas por apoiadores do ex-presidente, incluindo o seu filho, o deputado federal licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que mantém interlocução com figuras do governo Trump.

"Essas falsas narrativas acabaram envenenando a relação [entre Brasil e EUA], falsas narrativas baseadas em desinformação espalhada por essas pessoas nas redes sociais. Então, o que precisamos fazer, e o que o Brasil tem feito, é esclarecer as coisas", afirmou o ministro.

"Xerife da democracia"

Na reportagem, The Washington Post traça um perfil detalhado do magistrado, chamando-o de "xerife da democracia" — expressão usada para descrever seu protagonismo em decisões judiciais de alto impacto. A publicação destaca que Moraes se consolidou como figura central na resistência institucional contra ataques à ordem democrática, ainda que suas ações sejam, por vezes, consideradas excessivas por críticos.

Com base em relatos de pessoas próximas, o jornal descreve Moraes como alguém inflexível, combativo e pouco propenso a concessões — traços que, segundo aliados, foram essenciais para conter o avanço de projetos autoritários no país. A reportagem também chama atenção para o poder concentrado nas mãos do ministro, que conduz diversos inquéritos ligados ao bolsonarismo, entre eles os que investigam tentativas de desacreditar o sistema eleitoral, disseminação de fake news e incitação ao golpe. Moraes também presidiu o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), tendo papel decisivo na condução das eleições de 2022.

Durante a fala, o ministro traçou paralelos entre a atual conjuntura e períodos autoritários da história brasileira, e reconheceu que a cultura política dos Estados Unidos — onde nunca houve um golpe de Estado consumado — tem dificuldade em compreender a fragilidade institucional de países como o Brasil.

Diante das críticas de que concentra poder excessivo dentro do STF, Moraes ressaltou que todas as decisões tomadas no âmbito da Corte estão sujeitas à revisão dos demais ministros. Segundo ele, mais de 700 de suas decisões já foram avaliadas por outros membros do Supremo, sem que nenhuma tenha sido revertida.

Para encerrar, Moraes admitiu que as sanções e as críticas não são agradáveis, mas reafirmou seu compromisso com o papel institucional que exerce. "Não é prazeroso passar por isso. Mas é necessário".